

TORRES, M. A.; ARREGUY, A. V.; RODRIGUES, V. L. R.; Práticas profissionais e formação docente:  
reconhecimento das sexualidades no contexto da educação física



autêntica

DOI <https://doi.org/10.31639/rbpf.v13i27.440>

Recebimento em: 23/10/2020 | Aceite em: 07/02/2021

ARTIGOS

# PRÁTICAS PROFISSIONAIS E FORMAÇÃO DOCENTE: RECONHECIMENTO DAS SEXUALIDADES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

*Marco Antonio TORRES*

*Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP*

*Mariana, MG – Brasil*

*torresgerais@gmail.com*

*ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7120-3820>*

*Agnes Vasconcelos ARREGUY*

*Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP*

*Mariana, MG – Brasil*

*agnesvarreguy@gmail.com*

*ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7463-0513>*

*Vítor Luiz Rocha RODRIGUES*

*Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP*

*Mariana, MG – Brasil*

*vitorluizrr@gmail.com*

*ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2946-3095>*

**RESUMO:** O presente artigo analisou como as noções sobre gênero e sexualidades têm emergido no contexto da formação docente na Educação Física. Para isto foi realizado um levantamento bibliográfico para situar o debate acadêmico sobre a questão. Também foram feitas entrevistas semiestruturadas com professores (as) dessa disciplina. As análises dialogaram com a noção de reconhecimento de Judith Butler (2015) e com um escopo teórico pertinente a essa perspectiva. As análises apontam um número reduzido de pesquisas diante dos debates já realizados na área da Educação, de modo específico naqueles trabalhos que analisam a formação docente. As entrevistas indicaram uma apropriação incipiente de noções que se referem a gênero e sexualidades entre docentes da disciplina. Estes (as) profissionais apontam uma discussão mínima dessas noções nos processos de formação docente. Por fim, as análises finais indicam que esse contexto produz formas precárias de reconhecimento acerca dos direitos LGBTQIA+, algo que prejudica a produção de uma crítica à cisheteronormatividade e dificulta um enfrentamento mais efetivo da lgbtfobia no contexto da disciplina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Física; Lgbtfobia; Formação Docente; Reconhecimento.

## PROFESSIONAL PRACTICES AND TEACHER EDUCATION: RECOGNITION OF SEXUALITIES IN THE CONTEXT OF PHYSICAL EDUCATION

**ABSTRACT:** This article analyzed how the notions about gender and sexualities have emerged in the context of the teacher training of Physical Education. For this, a bibliographic survey was carried out to situate the academic debate on the issue. Semi-structured interviews were also conducted with teachers in this discipline. The analyzes dialogued with the notion of recognition by Judith Butler (2015) and with a theoretical scope pertinent to this perspective. The analyzes indicate a reduced number of researches in view of the debates already carried out in the Education area, specifically in those works that analyze teacher education. The interviews indicated an incipient appropriation of notions that refer to gender and sexualities among teachers of the discipline. These professionals point out a minimal discussion of these notions in the teacher training processes. Finally, the final analyzes indicate that this context produces precarious forms of recognition about LGBTQIA + rights, something that harms the production of a critique of cisheteronormativity and hinders a more effective confrontation of lgbtphobia in the context of the discipline.

**KEYWORDS:** Physical Education; Lgbtphobia; Teaching Training; Recognition.

## PRÁCTICAS PROFESIONALES Y FORMACIÓN DOCENTE: RECONOCIMIENTO DE LAS SEXUALIDADES EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN FÍSICA

**RESUMEN:** Este artículo analiza cómo han surgido las nociones sobre género y sexualidad en el contexto de la formación de maestro en la Educación Física. Para ello, se realizó un relevamiento bibliográfico para situar el debate académico sobre el tema. También se realizaron entrevistas semiestructuradas con profesores de esta disciplina. Los análisis dialogaron con la noción de reconocimiento de Judith Butler (2015) y con un alcance teórico pertinente a esta perspectiva. Los análisis indican un número reducido de investigaciones a la vista de los debates ya realizados en el área de Educación, específicamente en aquellos trabajos que analizan la formación del profesorado. Las entrevistas indicaron una incipiente apropiación de nociones que se refieren al género y las sexualidades entre los docentes de la disciplina. Estos profesionales señalan una mínima discusión de estas nociones en los procesos de formación docente. Finalmente, los análisis finales indican que este contexto produce formas precarias de reconocimiento sobre los derechos LGBTQIA +, algo que perjudica la producción de una crítica a la cisheteronormatividad y dificulta el enfrentamiento de la lgbtfobia en el contexto de la disciplina.

**PALABRAS-CLAVE:** Educación Física; Lgbtphobia; Formación Docente; Reconocimiento.

## Introdução

O presente artigo é fruto de um projeto de pesquisa que tem investigado a produção de reconhecimento das demandas que envolvem gênero e sexualidades nos contextos educacionais brasileiros. A noção de reconhecimento aponta a produção de inteligibilidade sobre determinadas formas de vida, diante de si mesmo, do outro e do coletivo, algo que nos remete aos processos de subjetivação nas dinâmicas sociais (BUTLER, 2015). No presente artigo analisamos como essa questão aparece no contexto da Educação Física. Apresentamos um estudo que se caracteriza como exploratório, pois busca o desenvolvimento de hipóteses e conhecimento do campo de pesquisa para subsidiar novas investigações na área (LAKATOS; MARCONI, 2003). O texto também envolve uma percepção localizada no campo de pesquisa, pois em sua autoria temos dois profissionais da Educação Física com atuação na área. Com o levantamento de referências bibliográficas e as entrevistas realizadas, constatamos a importância da formação docente para se analisar gênero e sexualidades no contexto da Educação Física.

Inicialmente foi realizada uma investigação bibliográfica nas bases de dados da SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e do Google Acadêmico. Nelas, foram inseridos os descritores: Educação Física Escolar; gênero; sexualidade; orientação sexual e identidade de gênero. A fim de otimizar os filtros utilizou-se o operador boleado and, assim conseguimos acessar trabalhos que permitiram contextualizar e compor um corpus de investigação.

Também realizamos entrevistas semiestruturadas com professores (as) da Educação Básica de escolas públicas e privadas de duas cidades de médio porte, próximas à cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, Brasil. Entende-se que esta técnica de entrevista facilita a abordagem das temáticas, ao mesmo tempo em que permite ao (a) entrevistador (a) seguir um roteiro e possibilita ao entrevistado (a) aprofundar sua fala de forma espontânea, de acordo com o que considera mais relevante (MINAYO, 2010). Os (as) colaboradores (as) das entrevistas foram escolhidos (as) inicialmente a partir da rede de contatos de um autor deste texto. Todos os procedimentos foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

No presente artigo apresentamos logo a seguir alguns diálogos teóricos de nossa pesquisa. Em seguida descrevemos questões relacionadas ao nosso objeto de pesquisa e ao levantamento bibliográfico. Na seção final analisamos as entrevistas realizadas com professores (as) da disciplina Educação Física. Por fim, tanto no levantamento bibliográfico como nas entrevistas, percebemos que a temática de gênero e sexualidades se mostraram bastante incipientes na Educação Física, principalmente na formação docente da disciplina, ainda que esse debate já tenha uma maior consistência na área da Educação.

## Reconhecimento das sexualidades e discursos cisheteronormativos no contexto escolar

Compreendemos que o gênero e as sexualidades, de modo imbricado, se constituem como performatividades, isto é, pela reiteração de gestos, expressões, trejeitos, maneirismos, entre outros, produzidos pelos corpos nas dinâmicas sociais, tais elementos são capazes de constituírem formas de existências (BUTLER, 2003). A emergência e variações da sigla LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, entre outros) nos dizem dessas produções e informam-nos sobre os processos de identificação e diferenciação dentro de um amplo gradiente de performatividades de gênero. Essa sigla não é estável e seu uso não encontra um consenso sobre aquilo que ela identificaria. Alguns a remetem a uma produção do movimento social LGBT, sofrendo alterações que ocorrem à medida que outros grupos aderem às lutas do movimento.

Essa sigla tornou-se uma verdade, mais ou menos orientada pela racionalidade, porém, em suas variações, tem se constituído um quadro de referências para o governo dos corpos socialmente marcados pelas sexualidades. A noção de governo, nessa perspectiva, não se refere à administração estatal, mas à radicalidade do termo que aponta um modo de condução das condutas humanas (FOUCAULT, 2018). Compreendemos a verdade, neste escopo teórico, a partir do Curso Do Governo dos Vivos, ministrado por Michel Foucault em 1980 (FOUCAULT, 2018). Neste, a verdade não está mais ligada a uma racionalidade do Estado, nem mesmo das instituições, porém emerge marcada por processos nem sempre orientados pela razão. Essa verdade pode emergir de práticas discursivas em lógicas interseccionais diversas dentro da própria sigla.

Tais práticas discursivas organizam e distribuem significados que podem chegar às escolas, nas dinâmicas curriculares, às formas de aprendizagens sobre o gênero e sobre as sexualidades (CAETANO; GOULART; SILVA; 2016). Na Educação é urgente pensar um quadro de referências que dê inteligibilidade a LGBTQIA+, pois nesse contexto temos posições lgbtfóbicas que produzem a eliminação da diferença que se manifesta nos corpos desses sujeitos. Conforme constatado na apresentação de um dossiê da presente revista (DINIZ; GUIL, 2020), a discussão sobre gênero e sexualidades na formação docente precisa de mais pesquisas e publicações para ganhar densidade e possibilidade. Diversos artigos deste dossiê tocam em questões de extrema importância para a área. Destacamos o ensaio que problematiza sobre sexualidades e infância, trazendo a figura da “criança viada” e sua marginalização e sofrimento nos estabelecimentos escolares (NOGUEIRA, 2020). Os argumentos trazidos pelo autor vão revelando a precarização que envolve a existência desses corpos no contexto social, bem como a produção do suicídio como linha de fuga possível para crianças e jovens atingidos pela homofobia. Tais análises podem produzir umaproblematização daquelas posições marcadas por uma analítica ainda cisheteronormativa. A formação docente precisa acessar inteligibilidades emergentes sobre as questões de gênero e das sexualidades e tomá-las como elementos analisadores do contexto educacional, de outro, os corpos de LGBTQIA+ não alcançam o reconhecimento de corpos que ganham importância nas interdependências sociais.

Nesse processo, como formas de resistência, transfeministas têm produzido a articulação do termo cisheteronormatividade (VERGUEIRO, 2016; MOIRA, 2017) para problematizar a produção dos corpos a partir de uma semântica binarista de gênero. No contexto do transfeminismo a partícula “cis”, em oposição à “trans”, indicaria heterossexuais e homossexuais que se auto identificam com o gênero atribuído no nascimento. A disciplina Educação Física propõe historicamente um corpo generificado por esse discurso marco pela semântica binarista, controlado em todos os seus movimentos e expressões, algo que se manifesta em jogos, brincadeiras, entre outras atividades lúdicas ou de treinamento. Por isso, a corporeidade precisa ser problematizada no âmbito da Educação Física, conforme apontam Costa e Ramalho (2020).

Essa consideração também se sustenta na presente pesquisa, bem como da percepção de dois profissionais da Educação Física, com experiências na educação básica e no ensino superior, que participam da autoria do presente artigo. As observações, tanto da formação docente pela qual passaram, bem como de seu exercício profissional, indicam como são reduzidos os recursos para que se produza formas de reconhecimento de LGBTQIA+ no contexto da Educação Física. Durante a formação docente nesta área, experienciada por estes profissionais, foi notória a ausência de debates, disciplinas e mesmo referências acerca das questões de gênero e das sexualidades. Pesquisas sobre gênero e formação docente indicam e validam essa percepção, seja nos desafios postos pelas questões morais (FRANÇA; CALSA, 2011), como na produção dos currículos de licenciaturas (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018), o que produz um conhecimento marcado pela cisheteronormatividade.

Esse conhecimento sustenta relações de poder e resistência entre sujeitos (FOUCAULT, 2008), porém não devemos entender essas noções como uma antítese. A resistência surge como parte da rede em que esse poder se constitui (VEIGA-NETO, 2007), algo que se pode perceber pela produção de termos êmicos, como lgbtobia e seus correlatos diante da cisheteronormatividade. Estes são apropriados, muitas vezes, em políticas públicas e de direitos humanos que se prestam a nomear atos de violência, intimidação, ameaça e humilhação que atingem esses corpos marcados pela diferença no campo das sexualidades. Os termos homofobia, lesbofobia, transfobia, bifobia, cisgeneridade, entre outros, são exemplos de termos êmicos que surgiram nesse campo que investiga gênero e sexualidades na educação. Tais termos produzem capacidade analítica para se nomear dinâmicas que produzem danos e/ou impedem o reconhecimento de pessoas LGBTQIA+.

No contexto escolar as posições de resistência a lgbtobia são articuladas principalmente pelas lutas do movimento social, bem como de mobilizações de grupos e sujeitos que mesmo não participando dessas lutas, se identificam além da heteronormatividade, ainda que em posições não identitárias (VIANNA, 2015). Todos esses sujeitos e grupos, mais ou menos articulados com a pesquisa acadêmica, ainda com algumas tensões, produzem uma semântica que pode auxiliar à educação no enfrentamento da lgbtobia, desta forma, pode-se produzir discursos que confrontem a ignorância e a hostilidade às sexualidades. A ignorância não emerge como ausência de saber, mas uma forma de inteligibilidade que nega a existência do outro (LOURO, 2001). Uma pesquisa que analisou planos Estaduais de Educação indicou como um discurso antigênero tem se contraposto a conquistas de direitos das mulheres e de LGBT nos domínios da educação (VIANNA; BORTOLINI, 2020). As posições antigênero, ao se articularem pela supressão de termos como gênero e sexualidades em documentos públicos da educação, agem em favor da ignorância e em prejuízo ao reconhecimento da diferença apontada pelos corpos nos domínios da escola. A partir dos saberes produzidos pelas lutas sociais, pelo campo teórico e pelas experiências de profissionais da Educação Física analisamos gênero e sexualidades no contexto desta área.

### **O contexto da Educação Física e a produção de inteligibilidades binárias e biologicistas**

No que diz respeito a história da Educação Física, pode-se dizer que se desconsiderada a prática de atividades físicas na Antiga Grécia, foi no final do século XVIII e principalmente no XIX, que a Educação Física passou por um processo de sistematização para se tornar uma forma de educação (CASTELLANI FILHO, 1988). Apesar de encontrarmos citações da Educação Física como componente da educação a partir da Proclamação da República, já em 1851, com a outorga da Reforma de Couto Ferraz, a disciplina se tornou um componente curricular obrigatório nas escolas do município da Corte (BETTI, 1991). Os demais estados da federação, posteriormente realizaram esta mudança apenas em 1920.

As práticas pedagógicas elaboradas, no contexto da Educação Física, ao longo da história iniciaram com um caráter militarista e higienista que visavam o desenvolvimento de força e disciplina dos corpos, desconsiderando as individualidades, buscando a padronização de comportamentos físicos, morais e políticos. Estas características contribuem com um controle social disfarçado de nacionalismo (CASTELLANI FILHO, 1988; SILVA, 2012). Mais tarde, surgem outras abordagens pedagógicas que buscavam reformular as formas de se ensinar os esportes e rediscutir os demais conteúdos que deveriam constar nas aulas (DARIDO, 2003). No entanto, mesmo apresentando diferenças e particularidades, as análises apontam como as práticas docentes estão muito distantes de produzirem formas de reconhecimento das diferenças nos domínios das questões de gênero e sexualidades (PRADO; RIBEIRO, 2010; COSTA; TAVARES; TAVARES, 2017; RAMALHO, 2020, DINIZ; GUIL, 2020). Algumas pesquisas constatarem que essas questões se relacionam com a discussão insuficiente ainda na formação docente nos cursos de Educação Física (ALTMANN; AYOUB; AMARAL, 2011; ALTMANN,

2013). Um artigo recente sobre a formação de professores (as) em Educação Física, com graduandos (as) da área, analisou como o contato destes (as) com os temas gênero e sexualidade ainda é conceitualmente frágil e com pouca articulação teórica e prática dessas temáticas ao longo do curso (VASCONCELOS; FERREIRA, 2020). Essas pesquisas indicam que as práticas docentes se orientam por aquilo que definimos como um discurso cisheteronormativo, que mantêm suas práticas binaristas dividindo corpos e práticas sociais como masculinas e femininas.

Gutierrez Sabatel[et al.] (2016), apresentaram uma investigação que mapeou as produções sobre gênero e sexualidades no contexto que pesquisamos, elegeram o período entre 2004 e 2014 nas bases de dados da LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e da SCIELO. Os resultados desta pesquisa consideram um baixo número de publicações, porém identificam tentativas de reflexões que pretendem romper com as visões biologicistas de gênero e sexualidades. Essa constatação, ainda que possua suas fragilidades, aponta tensões entre o que se discute na área da Educação Física e a emergência de debates que trazem noções de gênero e sexualidades cada vez mais insubmissas à cisheteronormatividade, conforme apontado na seção anterior deste artigo. Nos diferentes artigos que analisamos ainda não localizamos noções como cisgeneridade ou correlatas, mesmo em produções mais recentes como de Vasconcelos e Ferreira (2020). Também cabe destacar que nessas pesquisas encontramos análises indicadoras de que posições biologicistas produzem uma trama com questões morais, religiosas e políticas produtoras de um governo dos corpos, no sentido foucaultiano, marcado pela cisheteronormatividade. A partir dessas considerações, elaboramos uma aproximação do campo por meio de entrevistas com professores (as) da área. Na construção das entrevistas preferimos escolher os termos orientação sexual e identidade de gênero, mesmo considerando que esses termos possuem limitações quando analisamos todas as formas de existência que entendemos como sexualidades, principalmente a partir de posições da teoria queer (LOURO, 2001; MISKOLCI, 2009). Contudo, a escolha dos termos orientação sexual e identidade gênero se deve ao fato de ambos estarem incluídos nas políticas de direitos humanos nacional (BRASIL, 2009) e internacionalmente (CORRÊA; MUNTARBHORN, 2006) e serem mais próximos da literatura do levantamento bibliográfico.

### **Gênero e sexualidades na formação e prática docente**

Em nossa pesquisa de campo propomos perguntas que pudessem explorar qual a semântica que organiza o entendimento dos (as) docentes entrevistados (as) acerca das questões de gênero e das sexualidades. Todos os nomes são fictícios para preservar o anonimato de nossos (as) colaboradores (as). A seguir, iremos apresentar as questões e as respostas mais significativas. Iniciamos com a seguinte questão: “você conhece os termos orientação sexual e identidade de gênero? Se sim, o que você entende sobre eles?” Dos(as) oito professores(as) entrevistados(as) sete disseram conhecer os temas, porém apenas três os definiram de modo mais atualizado e/ou de modo a produzirem formas de reconhecimento para pessoas LGBTQIA+. Vejamos algumas falas em relação às noções propostas nas perguntas.

Não conhecia o tema.

Eu não conheço, vou ser bem sincera eu não conheço assim mais profundamente esses dois temas sabe? Eu falo que a gente precisa saber, porque para mim são termos novos, sabe? Então eu me sinto um pouco ignorante sobre esses dois temas, é um caso que sinceramente eu gostaria de conhecer mais (GABRIELA, 2019).

Conheciam, mas não conseguiram definir.

Orientação sexual é a maneira da... do aluno ou do ser, de escolher a sua parte, é sexual, mas através de uma orientação e o caso da identidade é que a pessoa... ela constrói em si essa identidade sexual né, homem e mulher, mulher ou homem, alguma coisa assim (NATHAN, 2019).

Olha, eu acredito que orientação sexual é aquela que a pessoa já tem intrinsecamente, né, já nasce com ela. Identidade de gênero é aquilo que ela vai adquirindo de acordo com a... Com que ela vai vivenciando no dia a dia tanto com família quanto na sociedade (SUSANA, 2019).

[...] por exemplo, oh, eu nasci homem, eu nasci mulher então você tem essa identidade e a sua orientação passa a ser aquilo que você começa a construir perante, talvez ... Ao contexto social, aquilo que talvez chamasse atenção, não sei (IGOR, 2019).

Conheciam e definiram o tema.

A orientação sexual eu entendo que é quando a pessoa já está se definindo como homossexual ou heterossexual ou então aquela pessoa que gosta de... Que tem a preferência pelos dois lados que seria o bissexual e identidade de gênero é você se identificar por exemplo, você ser mulher e agir com mulher então, ser homem e se identificar como homem, mas também pode ter o serhomem, mas se identificar com mulher aí você faz o transgênero né, nesse sentido (SUELEN, 2019).

Então, eu entendo sobre orientação sexual como, por exemplo, heterossexual, homossexual, bissexual, essas coisas. E por identidade de gênero eu entendo pelo que a pessoa se reconhece, por exemplo você tem um corpo de homem, mas se identificar com uma mulher (EDUARDA, 2019).

As respostas dos(as) entrevistados(as) apesar de indicarem certa insegurança e uma dificuldade para definir os temas, trazem a informação de que no mínimo o tema chegou até eles(as), mesmo não tendo um conhecimento aprofundado sobre os termos. As entrevistas trouxeram de forma mais expressiva relatos que se localizaram entre o desconhecimento e o conhecimento sem capacidade de definição. Ainda, quem afirma não saber, considera que essa é uma questão importante, como relata Gabriela: "eu falo que a gente precisa saber, porque para mim são termos novos, sabe?". Essa falta de entendimento pode ocorrer pela ausência de disciplinas e discussões mais aprofundadas que tratem sobre as sexualidades nos cursos de ensino superior em Educação Física conforme apontam outras pesquisas (COSTA; RAMALHO, 2020; VASCONCELOS; FERREIRA, 2020). Todavia, nessa precariedade do conhecimento não entendemos apenas uma ausência de saber, mas a produção da ignorância (LOURO, 2001) que ocorre pela imposição do discurso cisheteronormativo. As tensões e disputas na elaboração dos Planos Estaduais de Educação, ao articularem a retirada de termos e expressões que se referissem a gênero e sexualidades (VIANNA; BORTOLONI, 2020), dizem sobre essa produção da ignorância.

Ainda, neste ponto, é importante considerar que um governo dos corpos não diz somente dos outros, mas de cada um de nós, professores(as), gestores(as), estudantes técnicos(as) que transitam pelo contexto escolar. Poder e resistência são tramas que produzem os sujeitos também a partir de outras lógicas culturais, como as religiosas, conforme aponta Nogueira, sobre a formação moral dos(as) professores(as).

Mas é nessa convergência de uma moral religiosa e corpos assexuados em que são marcadas a inserção da docência em seu exercício profissional. Tracejando um movimento no qual os professores mobilizam um discurso em que se apresentam na escola como despidos de sexualidades, assim como advogam ver a seus alunos e alunas como assexuados, ao mesmo tempo em que cultivam uma autoimagem aparente de serem moralmente corretos, segundo os cânones do heterossexismo (*sic*), portadores de uma vida sexual exemplar em sua vida fora da escola (2020, p. 113).

Neste contexto, de recrudescimento de posições refratárias ao reconhecimento dos direitos de LGBTQIA+ emergem análises sobre posições lgbtfóbicas no contexto educacional, indicando como as relações de poder e resistência compõem a mesma trama que tece o social (VEIGA-NETO, 2007; CAETANO; GOULART; SILVA, 2016; VIANNA; BORTOLINI, 2020).

Consideramos que esses temas são relevantes nos discursos curriculares das universidades e escolas, bem como do Projeto Político Pedagógico destas. Essa relevância situa-se no âmbito da produção de processos de reconhecimento a partir das práticas docentes e discentes das universidades, pois esse contexto forma educadores (as) que irão trabalhar com essas questões no cotidiano escolar. Para pensar uma das temáticas que dizem respeito à organização curricular da escola, propomos a seguinte pergunta: “a partir de qual faixa etária você trabalharia esses temas (orientação sexual e identidade de gênero)? Por quê?”. Localizamos nas respostas alguns relatos que apontavam a falta de informação, durante a formação universitária, para lidar com essa questão.

Então eu acho que com essas novas formações com essas mudanças, não sei se no currículo da universidade, na formação dos professores... Isso, com certeza, daqui um tempo, isso vai ser importante... Poucos sabem, ou as vezes sabem, mas na prática não implanta e aí cai aquela questão: você vê, você perceber, de você agir e de você reunir essas questões e começar a avaliar, então falta bastante isso aí nas nossas aulas de educação física, nos nossos cursos de formação [...] (NATHAN, 2019).

É um cuidado que a gente tem que ter e eu não tive uma preparação acadêmica para isso (ALAN, 2019).

[...] eu acho que durante a graduação a gente devia ter mais momentos de discussão sobre isso, eu não sei como funciona nos outros cursos né, de outras licenciaturas, meu, vejo que na educação física isso é muito pouco discutido, é muito pouco falado, por exemplo, durante a minha graduação que eu me lembro agora, a gente teve uma pequena... pouca coisa assim, discussão sobre esses temas em uma disciplina [...] (EDUARDA, 2019).

Esses depoimentos apontam certa ausência de discussões sobre esses temas nas universidades, sendo que alguns (as) entrevistados (as) não conseguem ao menos insinuar uma resposta à questão realizada. Talvez a questão sobre a idade da criança, para se discutir o assunto, possa ter gerado certa angústia nos respondentes, pois toca num tema bastante tenso e que tem recebido ataques por grupos contrários a essa temática na escola. O que significa esta ausência de posição, ou ainda, o que ela nos indica? Conforme analisa Nogueira (2020), na escola é negado à “criança viada” segurança, acolhimento, enquanto, por outro lado, abundam sobre elas formas de precarização e subalternização, não raro destinadas de forma equivocada a cuidados “psi”.

Existe um processo de intimidação em curso que tem sido identificado como uma ofensiva antigênero, algo que se organiza nacional e internacionalmente com fortes reverberações nas escolas (MATTOS, 2018) e nas políticas educacionais (VIANNA; BORTOLINI, 2020). As falas de Nathan e Alan reiteram o problema da formação docente, porém Eduarda elabora de modo bastante sistemático a questão, afirmando que o “tema” apareceu de modo muito breve em sua formação. Lembramos que Eduarda era alguém que conseguiu responder sobre orientação sexual e identidade de gênero na primeira questão, mostrando que alguma informação, ainda que mínima, ela apresentava. Devemos atentar que a formação e as fontes de informações sobre gênero e sexualidades não se reduzem aos espaços acadêmicos, desdobram-se em políticas públicas, em debates do cotidiano e interseccionam com aquilo que emerge no contexto da formação de professores(as).

Outra pergunta feita na entrevista buscou verificar a capacidade dos (as) docentes identificarem situações de lgbtfobia: “você já presenciou casos de exclusão em relação a orientação sexual e/ou identidade de gênero nas suas aulas? Se sim, qual atitude você tomou?”. Dos oito professore(as), apenas um (a) professor (a) disse poder ter existido determinada situação e sete expressaram nunca terem presenciado. Porém, a resposta apresentava uma certa confusão, pois não era necessariamente um caso de lgbtfobia, mas uma situação que envolvia questões referentes às sexualidades.

Sim, eu já. Há muitos anos, anteriores que eu trabalhei aconteceu sim na escola que eu trabalhei. O menino era do quarto ano, inclusive, foi na minha aula, quer dizer, não foi na minha aula. Os alunos chegaram perto de mim e falaram que o menino estava levando os outros meninos e tocando nas partes íntimas no banheiro na hora do recreio. Aí ele foi levado até a direção da escola e a direção chamou os pais das crianças envolvidas (GABRIELA, 2019).

O relato de Gabriela apresenta uma questão importante. A cena descrita apresenta uma situação envolvendo crianças, algo que certamente a escola precisava acompanhar, mas não há nada na cena descrita que poderíamos identificar como homofobia. Nesta cena temos algo que poderíamos compreender como algo próximo ao que Nogueira (2020) define como a interpelação que a criança faz a escola. Aqui a interpelação se refere ao que fazer diante desse acontecimento que envolve a criança e não apenas uma ação sobre ela. Essa posição de Gabriela deixa uma questão em aberto, o que ela compreende como homofobia? Nessa mesma direção propomos outras questões como: “você possui conhecimento de algum fato envolvendo orientação sexual ou identidade de gênero em escolas? Se sim, qual foi?”. Seis professores (as) mencionaram possuir conhecimento de algum fato, entretanto apenas um relatou saber de um incidente mais “problemático”, conforme expressão deste.

Não, nunca presenciei esse tipo de situação em escola, daí não foi preciso tomar atitude nenhuma sabe, nunca presenciei apesar de a gente ver situações como você falou, de homossexualidade, os meus alunos encararam assim... com tranquilidade, até com respeito. (ALAN, 2019).

Não, não tenho conhecimento não, de nenhum acontecimento referente a orientação sexual e identidade de gênero, pelo menos aqui na escola onde eu trabalho não. Eu trabalho do sexto ao nono, né, e nunca observei esse tipo de situação. Nunca aconteceu. (SUSANA, 2019).

Cabe notar que apesar de não responderem de forma adequada o que era orientação sexual e identidade de gênero as respostas reconhecerem a ausência de informações durante sua formação; havia afirmativas categóricas de não saberem de acontecimentos envolvendo as temáticas. Nathan, ainda que esteja entre aqueles que não definiu razoavelmente as noções da primeira questão, menciona ter ciência de um fato envolvendo a homofobia.

Eu me lembro que em uma dessas escolas que eu trabalho, a diretora me falou um dia que isso aconteceu na hora do recreio, agora que eu lembrei aqui. As meninas a chamaram, na hora do recreio, que tinha duas meninas se beijando no banheiro, aí ela falou comigo que ela foi lá olhar e chamou a atenção das meninas (NATHAN, 2019).

Essa posição discursiva nos informa da força da ignorância produzida acerca das questões das sexualidades e da identidade de gênero, ao mesmo tempo que aponta como podem ser precários os processos de reconhecimento de LGBTQIA+ no contexto das escolas onde trabalham nossos (as) colaboradores (as). Essa ausência de percepção de ocorrência de lgbtfobia nos permite construir a hipótese de que existe um

apagamento da lgbtfobia, talvez articulada pela produção da ignorância sobre gênero e sexualidades, posição discursiva sustentada pela cisheteronormatividade. Isso deixa um alerta: os(as) professores (as), constituídos (as) pelo discurso cisheteronormativo, estariam percebendo estas situações de lgbtfobia de modo naturalizado, sendo incapazes de visualizá-las como preconceituosas? Prado e Valério (2019) constataram que a partir da dinâmica do preconceito, por gênero e sexualidades, no cotidiano escolar a homofobia é esmaecida pelos próprios atos que visam combatê-la. Assim, a ausência de percepção da lgbtfobia pode ser compreendida por essa dinâmica bem como pela naturalização da cisheteronormatividade no governo e distribuição dos corpos no espaço escolar.

Tanto o levantamento bibliográfico como os argumentos dos (as) professores (as) mostram a força do discurso que sustenta a cisheteronormatividade, principalmente na produção de um saber orientado pela ignorância acerca das políticas públicas, como aquelas apresentadas pelo Plano Nacional de Direitos Humanos de LGBT (BRASIL, 2009).

Ao analisarmos as performatividades de sexo e gênero, não é suficiente enfatizarmos apenas a existência de gays e lésbicas, pois existem muitas formas de se viver as sexualidades além dessas reguladas pela cisheteronormatividade. Indivíduos cisgêneros, entre eles estão gays, lésbicas e bissexuais, enfrentam menos problemas em relação aos indivíduos que se auto definem como transexuais e travestis, sendo estes os que mais rompem com as cis-hetero-normas (TORRES; GONZAGA; MENEZES, 2020). Todavia, essa compreensão apresenta alguns problemas, pois, mesmo pessoas cisgêneras que apresentam maneirismos, formas de falar e de vestir, em dissonância com modelos hegemônicos de homem e mulher podem sofrer formas de violência e injúrias no contexto escolar (MAIA; NAVARRO: MAIA, 2011) e na sociedade em geral. Sem dúvida a “criança viada” (NOGUEIRA, 2020), como performatividade de um corpo masculino efeminado, também ainda precisam ganhar inteligibilidade que os desloquem da posição de subalternidade.

## Considerações finais

A escola, sobretudo as aulas de Educação Física, é o “palco perfeito” para que questões relacionadas aos corpos, gêneros e sexualidades surjam com mais frequência no ambiente escolar. Isto se dá à medida que entendemos que o ensino da Educação Física Escolar seja pautado na expressão corporal e suas formas de ser e agir (COSTA; RAMALHO, 2020; VASCONCELOS; FERREIRA, 2020). Essas questões podem surgir através de dúvidas do alunado acerca dos temas, bem como por meio de conflitos nas relações dentro da escola. Um exemplo disto são piadas sobre quem prefere praticar um esporte e/ou utilizar uma vestimenta que não é considerado “adequado” para o seu gênero. Neste contexto surgem questões sobre os meninos que preferem jogar vôlei, como sobre as meninas que usam chuteiras para a prática do futebol. Questões como essas ainda emergem no contexto da Educação Física, o que consideramos como formas de lgbtfobia.

A Educação Física escolar demonstra pouco avanço em discussões que permeiam assuntos relativos a gênero e sexualidades, mas o que existe, possui raízes nas reflexões iniciadas pelas lutas feministas (ANDRES, JAEGER e GOELLNER, 2015). Isto tem ocorrido identificando as diferenças entre os pensamentos de diversas nuances dos feminismos, pois alguns se atêm às diferenciações entre homens e mulheres, categorias ainda binárias, mas que iniciam importantes análises históricas, conforme analisa Butler (2003). Essa questão aparece de modo mais flagrante nas pesquisas que apontam a necessidade de qualificação desse debate na formação docente. (GUTIERRES SABATEL [et al.], 2016; ALTMANN, 2013)

Os (as) professores (as) por nós entrevistados (as) ainda não demonstram, de modo geral, condições para questionar o binarismo de gênero no cotidiano das aulas de Educação Física, consideração que se aproxima das considerações de Prado e Ribeiro (2010). Nesse sentido entendemos que a produção da ignorância como forma de conhecimento potente e o reconhecimento dos direitos de LGBTQIA+ estão em dinâmicas próprias das relações de poder e resistência no interior da escola. Ainda que nossos (as) colaboradores (as) de pesquisa titubeiem sobre os termos orientação sexual e identidade de gênero e afirmem não terem observado cenas envolvendo lgbtfobia, existe entre eles (as) posições que consideram necessário esse tema nos territórios da Educação Física.

Certamente esta área possui um histórico com suas peculiaridades, sua construção tem elementos bastante cisheteronormativos e higienistas. Consideramos que isso revela o poder da ignorância diante das questões de gênero e sexualidades. Contudo, tanto a bibliografia como as entrevistas indicaram formas de reconhecimento de LGBTQIA+, ainda que precárias. Por fim, reiteramos que problematizar gênero e as sexualidades na formação e prática docente é de fundamental importância, pois a lgbtfobia afeta diretamente processos de subjetivação. Isto produz constrangimentos que podem reverberar na saúde mental e na formação dos sujeitos no contexto escolar. Assim, consideramos que um entendimento, ainda que precário, acerca dos temas orientação sexual e identidade de gênero se configuram como de grande importância no contexto da Educação Física, com destaque para formação docente. Contudo, é preciso ir além do reconhecimento precário de LGBTQIA+ no contexto da Educação Física.

## Referências

ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 69-82, abril. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293325757003>. Acesso em: 15 ago. 2019.

ALTMANN, H.; AYOUB, E.; AMARAL, S. C. F. Gênero na prática docente em educação física: “Meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar?”. *Estudos feministas*, Florianópolis, v.19, n.2, p. 491-501, mai./ago. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2011000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200012&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 ago. 2019.

ANDRES, S. S.; JAEGER, A. A.; GOELLNER, S.; V. Educar para a diversidade: gênero e sexualidade segundo a percepção de estudantes e supervisoras do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (UFSM). *Revista de Educação Física/UEM*, v. 26, n. 2, p. 167-179, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/23016>. Acesso em: 18 ago. 2019.

BETTI, M. *Educação física e sociedade*. São Paulo, Movimento, 1991.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*. Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a\\_pdfdht/plano\\_nacional\\_lgbt\\_2009.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nacional_lgbt_2009.pdf). Acesso em: 20 dez. 2019.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CAETANO, M. R. V, GOULART, T. E. S., SILVA, M. S. Ensaio sobre a heteronormatividade: modos curriculares de aprendizagem das sexualidades e do gênero. *Atos de Pesquisa em Educação*, Blumenau, v.11, n.2, p.634-655, ago./nov. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2016v11n2p634-655>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. 1988. 149p. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Universidade Católica de São Paulo, - São Paulo, 1988.

CORRÊA, S.; O.; MUNTARBHORN, V. Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta/Indonésia, 2007. Disponível em: [www.clam.org.br/pdf/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf). Acesso em 09 jun. 2019.

COSTA, H. P.; RAMALHO, C.C. Corporeidade nas aulas de Educação Física de uma escola no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. *Revista Educar Mais*, Montes Claros, v. 4, n. 2, p. 428- 441. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15536/reducarmais.4.2020.428-441>. Acesso em: 1 out. 2020.

DARIDO, Suraya Cristina. *A Educação Física na escola: questões e reflexões*. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 2003.

DINIZ, M.; GUIL, A. Preâmbulo aos temas Gênero e Sexualidade na Formação Docente. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, v. 12, n. 24, p. 13-26, 28 jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31639/rbfp.v12i24.355>. Acesso em: 18 dez. 2020.

FOUCAULT, M. Do governo dos vivos: Curso no Collège de France (1979-1980). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMFMartins Fontes, 2018.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANÇA, F. F.; CALSA, G. C. Gênero e Sexualidade na Formação Docente: desafios e possibilidades. Revista Sociais e Humanas, v. 24, n. 2, p. 111-120, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociais-sehumanas/article/view/2828/2858>. Acesso em: 11 mar. 2019.

GUTIERRES SABATEL, G. M.; ALVES, S. DE S.; FRANCISCO, M. V.; CANHOTO DE LIMA, M. R. Gênero e sexualidade na educação física escolar: um balanço da produção de artigos científicos no período entre 2004-2014 nas bases do LILACS e SCIELO. Pensar a Prática, v. 19, n. 1, 31 mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v19i1.34159>. Acesso em: 09 mai. 2020.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. (org) Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas, v.9, n.2, p.541-553. jul./dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>. Acesso em: 21 ago. 2019.

MAIA, A. C. B.; NAVARRO, C.; MAIA, A. F. Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental. Psicologia da Educação, São Paulo, n. 32, p. 25-46, jun. 2011. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752011000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 22 out. 2020.

MATTOS, A. R. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. Revista Psicologia Política, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 573-586, dez. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 30 mai. 2019.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma análise da normalização. Sociologias, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, jan./jul. 2009.

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n.1, p. 365-373, jan./abr. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/pt\\_1806-9584-ref-25-01-00365.pdf](https://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/pt_1806-9584-ref-25-01-00365.pdf). Acesso em: 14 set. 2019.

NOGUEIRA, P. Quando as crianças viadas interpelam a docência. Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 12, n. 24, p. 105-120, 7 ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31639/rbfp.v12i24.341>. Acesso em: 18 dez. 2020.

OLIVEIRA, A. L. A. R. M. de; OLIVEIRA, G. G. S. de. Novas tentativas de controle moral da educação: conflitos sobre gênero e sexualidade no currículo e na formação docente. Educação Unisinos, v. 22, n.

1, p. 16-25, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2018.221.02/60746116> Acesso em: 26 mai. 2019.

PRADO, M. A. M.; VALÉRIO, J. B. D. Dinâmica do preconceito por gênero e sexualidades no cotidiano escolar: os limites da democracia liberal. *Periódicus*, n. 10, v. 1 nov.2018/abr. 2019, p.373-401. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/peri.v1i10.25699>. Acesso em: 14 abr. 2020.

PRADO, V. M. do, RIBEIRO, A. I. M. Gêneros, sexualidades e Educação Física escolar: um início de conversa. *Motriz*, Rio Claro, v.16 n.2 p.402-413, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/6729>. Acesso em: 14 fev. 2020.

SILVA, A. C. Educação Física higienista: discursos historiográficos. *EFDeportes.com*, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 17, n. 171, ago. 2012. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd171/educacao-fisica-higienista-discursos.htm>. Acesso em: 16 abr. 2020.

TAVARES, M. L.; TAVARES, A. C. Educação para a Diversidade: (Des)construindo as relações de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física Escolar no Ensino Médio. In: NOGUEIRA, V, A; FARIAS, U, S; MALDONADO, D, T. (org) *Práticas Pedagógicas inovadoras nas aulas de Educação Física Escolar: indícios de mudanças*. Edição: 2. Curitiba: Editora CRV, 2017. p. 191-204.

TORRES, M. A.; MODESTO, R. G.; MENEZES, T. M. da C. Por uma educação não transfóbica: reconhecimento e produção de verdades trans na educação. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, v. 12, n. 24, p. 121-134, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31639/rbfp.v12i24.339>. Acesso em: 20 nov. 2020.

VASCONCELOS, C. M. T.; FERREIRA, L. A. A formação de futur@s professor@s de educação física: reflexões sobre gênero e sexualidade. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 36, e209700, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698209700>. Acesso em: 25 jan. 2021.

VEIGA-NETO, A. *Foucault e a educação*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., MOUTINHO, L. (org) *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 249-270. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/mg3c9/pdf/messeder-9788523218669-14.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015031914>. Acesso em: 30 set. 2019.

VIANNA, C.; BORTOLINI, A. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 46, e221756, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202046221756>. Acesso em: 10 set. 2020.

TORRES, M. A.; ARREGUY, A. V.; RODRIGUES, V. L. R.; *Práticas profissionais e formação docente: reconhecimento das sexualidades no contexto da educação física*. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*. Belo Horizonte. Vol. 13, nº. 27 (p. 73-86) 31 ago. 2021. ISSN: 2176-4360. doi <https://doi.org/10.31639/rbfp.v13i27.440>